

NOTICIÁRIO

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CATEDRA DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS "SANTA MARIA" DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS.

Realizou-se em março do corrente ano o concurso para provimento da cátedra de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santa Maria", da Pontifícia Universidade de Minas Gerais, submetendo-se às provas o Prof. Amaro Xisto de Queiroz, catedrático dos Colégios Estadual de Minas Gerais e Municipal de Belo Horizonte.

No dia 3, a Banca Examinadora — composta pelos professores Eurípedes Simões de Paula, da Universidade de São Paulo; Arthur Versianni Velloso e Manuel Casassanta, da Universidade de Minas Gerais; João Camillo de Oliveira Tôrres e Waldemar Tavares Paes, da Pontifícia Universidade de Minas Gerais, sob a presidência do Prof. Fe. Orlando Oliveira Vilela, Diretor da Faculdade "Santa Maria" — iniciou os trabalhos, elaborando a lista de pontos para a prova escrita, com vinte tópicos, abrangendo toda a matéria do programa. A seguir, foi tirado à sorte o ponto n.º 3, intitulado: "Formação do Capitalismo". Ao candidato foram concedidas seis horas para discorrer sobre o assunto. Na ocasião, foram julgados os títulos apresentados pelo candidato, entre os quais sobressaíam as teses "A Interpretação Materialista da História à Luz da Filosofia Contemporânea" e "Conceito e Ideologia do Renascimento".

No dia 4, entre 14 e 20 horas, o Prof. Xisto de Queiroz defendeu sua tese — "Kant e a Decadência do Ocidente" — em que, numa perspectiva spengleriana, procura determinar a posição de Kant na trajetória vital da cultura fáustica, apontando-o como símbolo do crepúsculo do pensamento ocidental, como coetâneo de Aristóteles, em relação à cultura apolínea. Para o Autor, Kant é herdeiro e direto continuador do ceticismo de Occam e Descartes, e seu sistema representa a expressão mais alta da doutrina cartesiana da substância pensante, inclusive em suas conseqüências mais radicais, como a tese da reclusão do homem dentro de sua razão, e a interpretação do mundo como simples criação da razão humana, que se reflete em toda a sua estrutura. Procura demonstrar que o parentesco de Kant, de um lado, com o nominalismo, e, de outro, com o averroísmo, oferece a chave para a compreensão do verdadeiro papel representado pelo filósofo de Koenigsberg como ideólogo da burguesia. E, dentro desta linha, desenvolve a tese de que o contratualismo sentimental e revolucionário da *Aufklärung* adquire em Kant o significado de uma tábua lógica de aferição de valores políticos, como sistema lógico-geométrico das condições da legitimidade política, através do qual toda a ideologia da Revolução Francesa se nos aparece filtrada pelo seu racionalismo pietista. O kantismo é apresentado como uma ruptura completa entre a inteligência e o ser, entre o homem e a realidade, para resolver-se numa síntese filosófica inspirada num egoísmo metafísico denso de ressonâncias catastróficas nos domínios da cultura fáustica. Conclui, afinal, que à luz da doutrina spengleriana, Kant apresenta-se-nos como expressão culminante do movimento psico-social

que planta suas raízes na cultura ocidental do século XIII — sua hora meridiana — caracterizada pela harmonia perfeita entre a pessoa humana e a sociedade, a natureza e o mundo sobrenatural, até o isolamento completo do indivíduo autárquico que, nos nossos dias, se encontra separado de Deus, da natureza e do mundo social, com a possibilidade positiva de confiar-se à sua própria razão e com a possibilidade negativa de abandonar-se a seus instintos obscuros que buscam, secretamente, sua destruição e sua morte. Esse o caminho e o sentido da *decadência do Ocidente*, dramaticamente denunciada por Spengler. Kant acelerou poderosamente essa caminhada, aprofundando o abismo entre o homem e o mundo, o homem e a sociedade, o homem e Deus, a razão e a alma, mediante a justificação filosófica dessa ruptura e rasgando, demais, uma via falsa para o mundo sobrenatural, verdadeiro desvio — o do *postulado* — que representa o mais radical subjetivismo diante da objetividade infinita de Deus — a única realidade possível. (Págs. 83-84).

A tese foi acerbamente criticada, tendo os examinadores levantado objeções que se voltavam tanto para a sua natureza quanto para seus aspectos formal e essencial. O candidato, entretanto, com palavra fácil, segura dialética e grande erudição, a todos respondeu, de modo satisfatório.

O Prof. Eurípedes Simões de Paula iniciou sua argüição focando a natureza da tese, afirmando que seu conteúdo e o tratamento que lhe foi dado a colocavam antes nos domínios da Filosofia que nos da História. Acusou-a de livresca e ambiciosa, lamentando que o candidato não houvesse tomado como tema assunto de que pudesse encontrar documentação nos arquivos locais, tão ricos e tão pouco explorados. Criticou a revivescência de Spengler, principalmente depois de Lucien Febvre, em “Combats pour l’Histoire”, ter apontado com maestria, os equívocos que se têm cometido no Brasil em torno da obra do pensador germânico. Estranhou haver o candidato tratado com ligeireza temas que exigiam estudo mais detalhado, como a interpretação nietzschiana da cultura grega; não tivesse sido sequer esboçada a figura física de Kant, nem as conseqüências do pietismo na sua filosofia, o que daria ao candidato excelente oportunidade para discorrer sobre as raízes puritanas do Estado Moderno. Finalmente, apontou como injustificável a ausência de qualquer referência ao problema das relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, dentro das coordenadas de Max Weber, Tawney, Troeltsche, Sombart e Fanfanni.

O Prof. Manuel Casassanta retomou o problema do espírito da tese, alargando-se em considerações a respeito de seu enquadramento: pertenceria à História, à História da Filosofia, à Sociologia do Conhecimento ou à Filosofia da História? Pediu, também, que o candidato justificasse sua posição em face da obra de Spengler, pois que ora esposava suas teses, ora as abandonava. Equívoca, não menos, era sua apresentação de Kant, inteiramente descarnado, fora do tempo e do espaço, e, no entanto, interpretado como “forma mentis” mais notável do século XVIII. Discutiu a propriedade da epigrafe da tese, retirada de Ortega y Gasset, bem como a validade das teses spenglerianas. Recusou terminantemente a interpretação nietzschiana da tragédia e a posição de Sócrates como símbolo da decadência grega; a propriedade da aplicação das categorias comu-

nidade e sociedade, de Tönnies, relativamente à Idade Média e à Idade Moderna. Discorreu ainda sobre os conceitos de religião, irreligiosidade, cultura, civilização, decadência e Ocidente, e sobre os limites da Idade Contemporânea.

O historiador João Camillo de Oliveira Tôrres, para que fosse possível o diálogo entre examinador e examinando, admitiu, academicamente, as teses spenglerianas. Justificou sua posição com o argumento de que em virtude das dificuldades formais e essenciais das ciências do espírito, qualquer objeção contra o esquema apresentado pelo candidato poderia ser contornada, senão respondido, o que tornava quase impossível a avaliação do mérito do examinando. Exemplificando, discorreu sobre a validade universal do conceito de História e sobre a simultaneidade de várias Histórias, ou seja, sobre o monadologismo spengleriano e sua possível conciliação com a interpretação linear da História dentro de um super-sistema ou de uma grande mônada leibniziana, como ocorre na teoria bergsoniana da "loi double-frénésie", na qual situações formais repetidas podem ser interpretadas num conjunto de planos ascendentes. Isso pôs, exigiu do candidato melhor explicitação dos conceitos de nominalismo como expressão de infinitude de elementos individuais incoerentes e de suas relações com o averroísmo, tendo em vista a colocação de Duns Scott e Occam no esquema adotado. Discutiu a colocação do barroco na tese, solicitando que o candidato situasse as figuras de Suarez de Granada, Belarmino, Bañez, João de Santo Tomás. Argüiu sobre a posição do mundo sobrenatural em face da teoria kantiana da coisa em si. Discutiu o sentido político da obra de Kant, sua posição relativamente à Revolução Francesa, seu entusiasmo inicial pela queda da Bastilha e seu recuo posterior nos "Elementos Metafísicos da Doutrina do Direito"; os conceitos de liberdade e liberalismo, autonomia e heteronomia; as teorias do pacto rousseauiano e do contratualismo kantiano, segundo o qual o filósofo alemão modelou o Estado e o Universo, no seu exasperante individualismo, dentro de uma linha de radical subjetividade. Finalizando, afirmou que, de acôrdo com o esquema adotado pelo candidato, a decadência melhor seria datada como posterior a Kant, o filósofo, necessariamente, devendo ser situado antes de iniciada a decomposição do pensamento da cultura fáustica.

O Prof. Arthur Versianni Vellôso acusou, de pronto, o candidato de estar disputando a terceira cátedra de História através de concursos que se têm pautado dentro de orientação eminentemente filosófica... o que, no fundo, constituía para êle, seu primeiro mestre de Filosofia, motivo de especial satisfação. Recordou o entusiasmo do candidato pelos filósofos das escolas de Baden e Marburgo e, posteriormente, por Henri Gouhier e Toynbee. Passou a seguir à discussão da atitude do candidato em face da "Crítica da Razão Pura" e da "Crítica da Razão Prática"; recusou validade aos conceitos spenglerianos de cultura e civilização e continuou, analisando a posição de Kant em face da religião, dentro da linha crítica de Paulsen e De Hôvre. Argüiu o candidato sobre os conceitos de decadência, opondo-lhe as teses de Louis Halphen e Christopher Dawson, estendendo-se em considerações relativas à decadência do mundo helenístico, à queda de Roma e ao desmembramento do Império Carolíngio. Discordou da epígrafe, apontando Ortega como

historiador. Acusou o hermetismo do candidato, seu vêzo de dizer as coisas entre nuvens, como se seus examinadores fôsem Jeovás. Combateu o candidato por haver esposado a tese nietzschiana, tomando como símbolo da decadência grega exatamente a “Santo Sócrates”, pai de tôda a ética ocidental, talvez por se ter deixado levar demasiadamente nas águas de Charles Andler e Rémy de Gourmont e pelo fulgor genial de seus aforismos, pelo tom lírico e patético de sua inteligência ardente e livre de faiscante incendiário. Discutiu a posição de Kant na evolução da cultura ocidental, acusando o candidato de, em esquemas rígidos e numa implicação de teses caliginosas, havê-lo analisado por um prisma facetado, através do qual sua figura foi projetada numa perspectiva deformante.

O Prof. Waldemar Tavares Paes aceitou a tese do Prof. Xisto de Queiroz, fazendo, entretanto, objeções referentes aos alicerces em que se apoiara. Acusou-o, inicialmente, de se haver utilizado de maneira pouco crítica das teses spenglerianas, esquecido de que da publicação da “Decadência do Ocidente” a esta parte a Filosofia da História já muito se modificou. Criticou a aceitação de conceitos eminentemente criticáveis, como o de “decadência”, preferindo, com Ortega, inclusive, desprezar o vacábulo. Antes de colocar Kant como símbolo da decadência do Ocidente, argüi, porque não provar que de fato houve ou há essa decadência? Repudiou as idéias de Spengler por suas raízes biológicas, acrescentando que pequena crítica seria suficiente para o candidato, sem muitas modificações conceptuais, alicerçar melhor seu trabalho. Na segunda parte de sua arguição, tratou de minúcias que não prejudicam o todo, mas que não podiam ficar sem reparos, tais como a atribuição a Nietzsche da paternidade da interpretação das figuras da História da Filosofia como “expressões depositárias e representativas de valores biológicos”; a adoção dos conceitos spenglerianos de cultura e civilização; a dicotomia indivíduo-pessoa, delineada pelo candidato; a distinção entre comunidade e sociedade, de Tönnies; a divisão da História da Filosofia, segundo Spengler.

As 20 horas do dia 5, o candidato submeteu-se à prova didática, ministrando sua aula sobre tema sorteado na véspera: “A rivalidade franco-britânica na África, no século XIX”. Seguiu-se a leitura da prova escrita, desenvolvida em trinta e duas laudas. Após, foi proclamado o resultado, por examinador e por prova, na seguinte ordem: títulos, escrita, defesa de tese e didática.

Prof. Euripedes Simões de Paula: 9, 10, 8 e 8.

Prof. Manuel Casassanta: 10, 10, 10 e 10.

Prof. João Camillo de Oliveira Tôrres: 10, 10, 10 e 10.

Prof. Arthur Versianni Vellôso: 10, 10, 10 e 10.

Prof. Waldemar Tavares Paes: 10, 10, 10 e 10.

Antes do encerramento dos trabalhos, o Prof. Amaro Xisto de Queiroz rendeu homenagem à memória do Prof. Arnulph Konrad Paul Ansoerge, de quem confessou haver recebido preciosas sugestões e orientações nos seus estudos de Filosofia da História.

Este concurso revestiu-se de cunho todo especial, porquanto conquistou com êle o Prof. Amaro Xisto de Queiroz o honroso título de primeiro catedrático, por concurso, da Pontifícia Universidade de Minas Gerais.

*
* *
*

4.º CENTENÁRIO DA ESCRITURA DO ENGENHO DE SÃO JORGE DOS ERASMOS.

No dia 31 de janeiro do corrente ano, às 21 horas, no salão nobre “Princesa Isabel” da Câmara Municipal de Santos, realizou-se uma solenidade a que não estamos acostumados a assistir: a lavratura da escritura de doação à Universidade de São Paulo, de um dos mais antigos remanescentes quinhentistas conhecidas no Brasil — as ruínas do engenho de São Jorge dos Erasmos.

Sim, foi uma solenidade fora do comum, porque não só era prova concreta da receptividade que a Universidade de São Paulo encontrou da parte de particulares, como também o início de uma nova etapa entre nós: o da participação de cidadãos fora das hostes oficiais, na colaboração num dos mais prementes problemas nacionais — o do amparo aos nossos centros universitários de cultura. Além disso, em 1957 comemorou-se o 4.º centenário da escritura do referido engenho, pois, segundo consta, a escritura foi lavrada em Lisboa pelo escrivão Pero capig.º, sendo registrada em São Vicente em 1557.

Até hoje as nossas Universidades só foram organizadas, mantidas e dirigidas pelo Estado. Mesmo as poucas particulares já existentes, mantêm-se à custa da ajuda oficial. Ora, todos nós sabemos das dificuldades, não apenas financeiras, mas principalmente de direção e funcionamento que as Universidades assim organizadas têm, com a política imiscuindo-se no seu desenvolvimento.

Para furtarem-se àquelas ingerências e ao mesmo tempo possuem meios materiais para levarem adiante suas pesquisas e seus estudos, as Universidades devem ter autonomia no mais amplo sentido. E o primeiro passo a dar, para conseguí-la, será o de procurar a ajuda particular. Os nossos homens de negócio, comerciantes e banqueiros, industriais e fazendeiros parecem que ainda não têm uma idéia bem nítida do que seja o papel de uma Universidade na formação cultural, moral e material de um povo. Se o tivessem, não continuariam apenas na sua cooperação aos necessitados, sustentando asilos, Santas Casas, etc., num gesto muito humano e cristão, mas indiretamente mantenedor do “stato-quo” dessas duas chagas que há quatro séculos atormentam o brasileiro: o pauperismo e a ignorância. Se parte do numerário que se gasta para a ajuda ao indigente em nossa terra fôsse empregado na formação das nossas elites intelectuais, no bom sentido da palavra, dentro em pouco teríamos os homens capazes e necessários na direção do país e resolvendo todos os magnos problemas nacionais, dos quais os dois acima citados são os mais prementes.

As nossas entidades culturais precisam mais que nunca da ajuda material dos particulares, sem o que não poderão elas desempenhar o seu papel.

Daí o afirmarmos ter a solenidade do dia 31 de janeiro marcado uma etapa na nascente história das Universidades brasileiras. Ela

mostrou que já é possível contarmos em nossa terra com a ajuda particular.

A doação das ruínas do engenho de São Jorge dos Erasmos pelos senhores Otávio Ribeiro de Araújo, Otávio Ribeiro de Araújo Filho e Alfredo de Almeida Barros à Universidade de São Paulo não só prova tal fato, como principalmente mostra que, num período histórico como o que vivemos, tão cheio de dificuldades nos campos político administrativo, econômico-social, ainda há, da parte dos homens bons e honestos, uma confiança no campo da cultura. Praz aos céus que o exemplo dos santistas ilustres se multiplique para que, num amanhã não mui remoto possamos de fato nos orgulhar das nossas Universidades.

*

As ruínas do engenho de São Jorge dos Erasmos situam-se às margens do rio São Jorge, no sopé do morro de Nova Cintra, parte integrante do pequeno maciço granítico que serve de amarração aos sedimentos que formam a ilha de São Vicente. Ficava o engenho a meia distância entre as vilas de Santos e de São Vicente, pelo caminho velho.

Para a época, não poderia ter sido melhor a escôlha do sítio para a localização do primitivo engenho, no sopé de uma encosta por onde despencava, aos borbotões, uma pequena, mas perene cachoeira, cujas águas após movimentarem as moendas e servirem à outras utilidades da propriedade rural, iriam formar, na baixada, o curso d'água conhecido por rio São Jorge e por onde, com grande facilidade, se escoaria a produção de açúcar em direção ao pórtio de Santos.

Infelizmente, porém, já não se poderia dizer o mesmo para as áreas que compunham a sesmaria pertencente aos donos de engenho, e por onde cuidavam êles de expandir os seus canaviais. Os solos que as compunham, ou estavam nos morros graníticos, cujas encostas ofereciam declives muito fortes, ou na baixada alagadiça, onde os areiões e os manguezais dominavam. Se aliarmos ainda o tipo climático reinante, o tropical super-úmido, teremos as razões porque os vicentinos não puderam levar avante suas lavouras de cana e seu fabrico de açúcar, ficando a sua capitania, já nos fins do século XVI, em posição bem inferior às da Bahia e Pernambuco. As razões climáticas e pedológicas foram assim muito mais importantes que as humanas e o fator distância, na explicação do não desenvolvimento da paisagem canavieira na baixada santista-vicentina.

Contudo, nada disso invalida a importância histórica das ruínas do engenho dos Erasmos, que hoje voltam a dar motivos a novos escritos sobre o assunto. Pelo contrário, elas como que atestam o esforço que o colonizador português do quinhentismo fazia, no procurar tomar posse de fato da terra de Santa Cruz.

Eis porque, no nosso entender, causaram ótima impressão as notícias sobre a solenidade com que se lavrou a escritura de doação, e presenciada por uma culta assistência, composta de historiadores, geógrafos, professores universitários, dirigentes da Associação dos Usineiros do Estado de São Paulo, jornalistas, etc.

Após ter sido lavrada a escritura e terem assinado os doadores e o Magnífico Reitor em nome das autoridades universitárias, vários oradores se fizeram ouvir, abordando todos a importância básica

do ato; o exemplo que deveria se multiplicar com o correr do tempo, no sentido da melhoria material e cultural das nossas entidades universitárias.

A *Revista de História*, diretamente interessada no assunto, pois o seu diretor, prof. E. Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dirigiu os trabalhos de pesquisa da profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues, congratula-se com a Universidade de São Paulo pelo presente que acaba de receber, formulando votos para que o pensamento dos doadores se realize, isto é, o da utilidade científica daquelas ruínas quinhentistas no seu pleno aproveitamento.

*

Os cidadãos que doaram as ruínas históricas do engenho de São Jorge dos Erasmos à nossa Universidade de São Paulo e que pretendiam resguardá-las às exclusivas expensas suas, resolveram abrir mão de sua propriedade, quando entraram em contacto com o Departamento de História, através da sua Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval, e por intermédio da estagiária da referida cadeira, srta. profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues, que vinha estudando o problema dos primitivos engenhos de açúcar na baixada santista-viceentina. Numa carta dirigida à profa. Maria Regina, o sr. Otávio Ribeiro de Araújo relata as dificuldades que tiveram os doadores no adquirir a posse definitiva das terras onde se situam as ruínas, bem como as razões que os levaram a doar à Universidade de São Paulo 1.000 metros quadrados daquelas terras com os restos do engenho.

"Foi o sítio São Jorge adquirido por Otávio Ribeiro de Araújo, Otávio Ribeiro de Araújo Filho e Alfredo de Almeida Barros, 3/4 partes ideais de Edgard de Toledo, por escritura lavrada no 6.º Tabelião de Santos, Livro 241, fls. 29 verso, em 21 de abril de 1943, e 1/4 parte por carta de arrematação, fls. 644 dos autos de falência de N. R. Santos & Cia., processado no Cartório do 1.º Ofício de Santos, cuja propriedade tem dado aos seus atuais proprietários exaustivo trabalho e enormes despesas para remover todos os litígios e dúvidas suscitados por terceiros, com referência à dita propriedade, importando tais gastos em quantia maior que a dispendida para a aquisição das mesmas. Agora, não havendo mais, há muito tempo, qualquer litígio, dúvidas ou questões sobre o imóvel, projetaram os seus proprietários um loteamento sobre parte do mesmo, não o tendo levado a efeito por terem de concluir outro loteamento que se situa entre o sítio de São Jorge e a estrada de rodagem que vai de Santos a São Vicente.

Os atuais proprietários, Otávio Ribeiro de Araújo e outros, sempre tiveram conhecimento das ruínas do engenho de São Jorge dos Erasmos, tanto assim, que no loteamento projetado, isolaram tais ruínas em uma quadra em separado, de vez que sempre foi seu pensamento preservá-las por qualquer maneira, mesmo sem auxílio dos poderes públicos ou quaisquer outras entidades, isto às exclusivas expensas suas, segundo pode ser constatado na respectiva planta do loteamento.

Posteriormente, tendo tido oportunidade de entrar em contacto com a Exma. Srta. Profa. D. Maria Regina da Cunha Rodrigues e apreciar o seu trabalho para a perpetuação do marco inicial da primeira indústria instalada no Brasil e, muito provavelmente na América do Sul, trabalho este perseverante, incansável, de uma pertinácia incomparável, resolveram os atuais proprietários, à instância e por iniciativa de D. Maria Regina, fazer a doação, objeto do assunto em causa".

JOSE' RIBEIRO DE ARAÚJO FILHO

PROGRAMA DO CURSO DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA,
DO PROF. TORQUATO DE SOUSA SOARES.

I. — *Introdução.*

A *Península pré-romana*: Agrupamentos populacionais; diferentes aspectos da sua organização. A cultura castreja.

Conquista e dominação romana: Evolução do novo sistema administrativo. Os agrupamentos urbanos e o regime municipal. As classes sociais. Aspectos da vida econômica. Religião pagã e cristianização.

A grande crise do século III: as primeiras invasões germânicas e seus reflexos na vida urbana.

As invasões do século V e o domínio visigótico: Estabelecimento dos povos invasores. A monarquia sueva e a monarquia visigótica. O poder real e a Igreja; a "aula régia" e os concílios. Aspectos da vida política, econômica e social.

Estabelecimento dos árabes na África — desde o Egito até Marrocos — e a grande crise econômica que se seguiu no ocidente cristão. Posição dos judeus. Queda da monarquia visigótica.

II — *Conquista muçulmana e reconquista cristã.*

A invasão sarracena e a reação cristã. O despovoamento sistemático de certas regiões e as chamadas "cintas de desertos".

D. Afonso III das Astúrias e o repovoamento do Ocidente. Formação de Castela e das Terras Portugalense e Conimbrigense.

Guimarães e a família de Mumadona. Novo impulso muçulmano no século X: perda de Coimbra.

Fernando I de Navarra rei de Castela e Leão. Reconquista definitiva de Coimbra: ação de Sesnando.

Afonso VI imperador, e os reinos árabes de *taifas*: ocupação de Toledo, Santarém, Sintra e Lisboa. Repovoamento ao sul do Mondego. Reação muçulmana: os almorávidas.

Ação da congregação de Cluny e da Santa Sé: conseqüências de ordem política e cultural.

III — *Formação de Portugal.*

Vinda dos condes Raimundo e Henrique para a Península. A entrega do governo da Galiza ao primeiro, e a concessão da Terra Portugalense ao segundo. Diferente regime jurídico das duas concessões.

Advento de D. Afonso Henriques; sua ação na Galiza e o Tratado de Tui de 1137. Ação contra os muçulmanos: a batalha de Ourique e o título de rei. Política externa com a Santa Sé e com o Imperador Afonso VII, rei de Leão e Castela; o colóquio de Zamora de 1143.

Ação para o sul. O papel de Leiria na reconquista. Tomada de Santarém e Lisboa em 1147. Continuação da reconquista ao sul do Tejo. Papel desempenhado pelas ordens militares. Conquista definitiva do Algarve.

O Tratado de Alcanices de 1297 e as fronteiras de Portugal.

IV — *Organização da sociedade peninsular na Idade Média.*

A população: origem e desenvolvimento histórico. As classes que constituíam:

- a) Servidão pessoal e servidão da gleba. Sua evolução e transformação.
- b) As classes populares e a organização dos concelhos: concelhos rurais e concelhos urbanos. A cavalaria-vilã.
- c) A nobreza militar: funções de caráter militar e administrativo.
- d) O alto e o baixo clero. As ordens monásticas e as ordens militares.

O poder real: origem e caráter. Influência do ressurgimento do Direito Romano na evolução do poder central. Ação dos legistas. A cúria régia: sua origem e evolução.

V — *Desenvolvimento econômico e social nos séculos XIII e XIV.*

O ressurgimento econômico da Europa e a restauração da vida urbana: seus reflexos na Península Hispânica e particularmente em Portugal.

Desenvolvimento do comércio interno (as feiras), e do comércio externo, especialmente do comércio marítimo com a Flandres e a Inglaterra.

A crise monetária do século XIII e suas conseqüências na evolução dos órgãos assessores da realeza. As câortes e a sua função, especialmente no século XIV.

A crise de trabalho do século XIV e a grande peste de 1348.

Medidas administrativas adotadas a partir do século XIII. Ação dos reis portugueses, especialmente D. Diniz e D. Fernando no desenvolvimento da economia nacional: proteção dada à agricultura e ao comércio. Desenvolvimento da marinha mercante.

A organização dos mesteres: sua participação na administração pública.

VI — *Novos rumos da vida nacional.*

A grande crise política em Castela e em Portugal no último quartel do século XIV e a Guerra dos Cem Anos. A revolução de 1383 e as câortes de Coimbra de 1385: ação de Nun'Álvares e de João das Regras. Papel desempenhado pelo "povo miúdo" e pelo "povo dos concelhos". Atitude da nobreza. A realeza de D. João I e a organização da câorte.

Nova orientação da política interna e externa. A empresa de Ceuta e a ação do Infante D. Henrique.

Os conhecimentos geográficos europeus, e os primeiros empreendimentos marítimos dos portugueses: reconhecimento da costa ocidental de África e fundação das primeiras feitorias. Colonização das ilhas adjacentes (Madeira e Açores).

Política peninsular de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel de Portugal. União de Aragão e Castela: Carlos V, rei de Espanha.

Descobrimto da América: contribuição portuguesa e contribuição espanhola.

O dobramento do cabo da Boa Esperança e os primeiros contactos de Portugal com a Etiópia. Descobrimento do caminho marítimo para a Índia e suas conseqüências na vida nacional e europeia.

Política religiosa de Castela e de Portugal. Orientação seguida pelos reis católicos e pelos reis portugueses D. Manuel e D. João III.

Política cultural de D. João III; Transferência da Universidade para Coimbra. Fundação do Colégio das Artes e sua entrega à Companhia de Jesus.

VII — *A sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI.*

Organização da vida pública portuguesa no século XV: as Ordenações Afonsinas. Função desempenhada pelas Côrtes. Fortalecimento do poder real. Conseqüências da ação ultramarina na evolução da estrutura das classes sociais. Evolução da organização dos mesteres e sua atuação na administração municipal. Situação dos homens-bons dos concelhos urbanos. Desenvolvimento do regime municipal. Posição da nobreza e papel que desempenha na vida nacional.

VIII — *Desenvolvimento das atividades econômicas nos séculos XV e XVI.*

Situação da agricultura e do comércio interno. Desenvolvimento urbano. Atividades mercantis da Madeira e dos Açores. O comércio com os países do norte da Europa e a feitoria da Flandres.

Exploração mercantil da África e Extremo Oriente: o ouro, as especiarias e os escravos.

Conseqüências econômicas, sociais e morais do rumo seguido pelas novas atividades.

* *
*

A REVISTA DE HISTÓRIA COMO ÓRGÃO OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Em reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 23 de abril dêste ano, foi proposta, e aprovada por unanimidade, a resolução de se reconhecer a **Revista de História** como órgão oficial do mesmo, continuando a direção e orientação da **Revista** a cargo do Prof. Eurípedes Simões de Paula.

